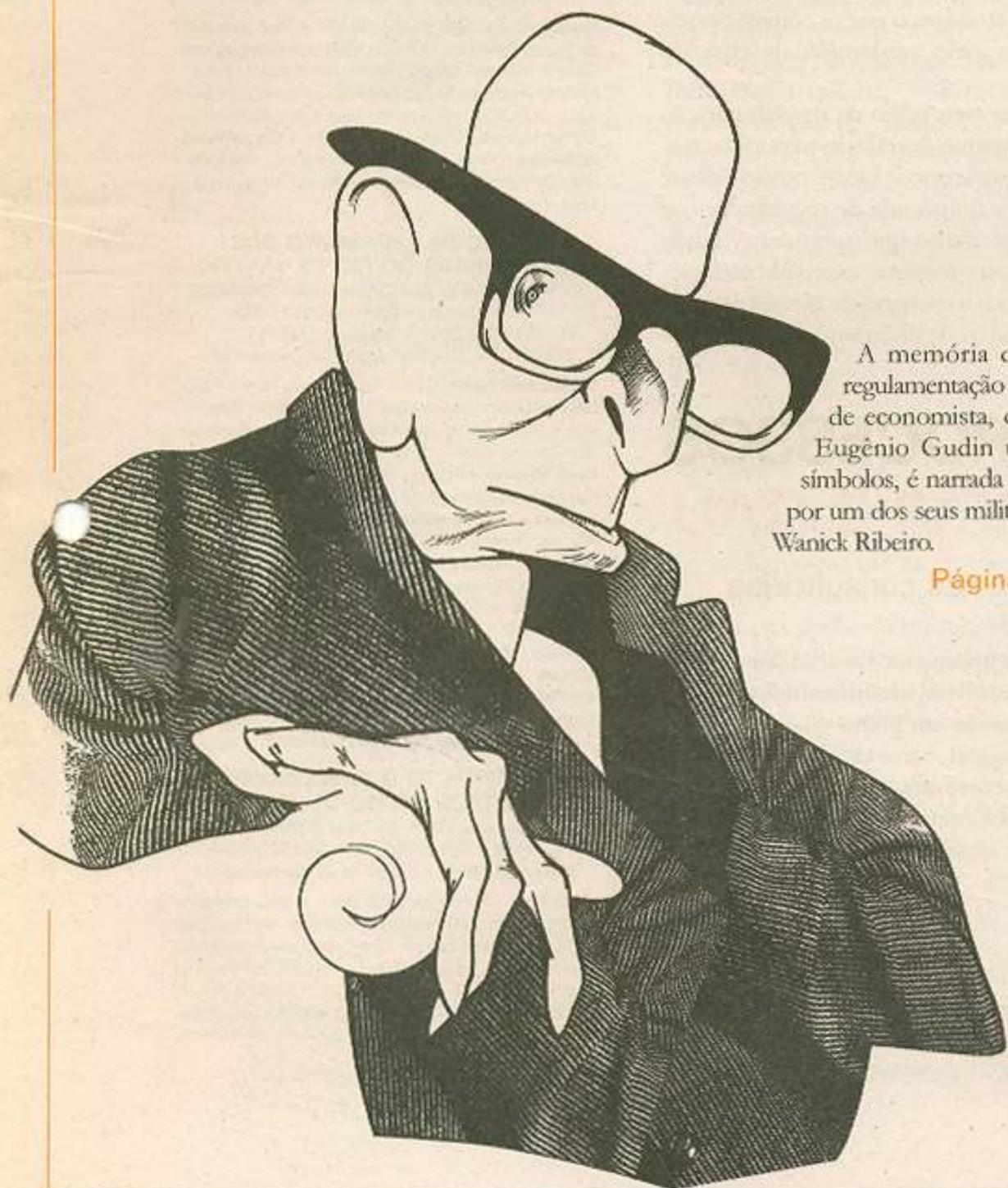


# 50 ANOS: UMA LUTA NADA ECONÔMICA



A memória da luta pela regulamentação da profissão de economista, que tem em Eugênio Gudim um de seus símbolos, é narrada nesta edição por um dos seus militantes: Sylvio Wanick Ribeiro.

Páginas 7 a 10

## Banco Central: independência ou irresponsabilidade?

No final de seu segundo mandato, o governo de FHC tenta aprovar a proposta de um banco central independente. Em seu artigo, a professora Inês Patrício demonstra a autonomia com que já age o Banco Central do Brasil.

Página

3

## Novo acordo com FMI deixa o País mais dependente

O mais recente acordo do Brasil com o Fundo, para a concessão de novo empréstimo, aumenta a dependência da economia nacional em relação ao ingresso de capitais externos e cria graves problemas para o sucessor de Fernando Henrique.

Página

5

## A saúde e a segurança do carioca em risco

O remanejamento de R\$ 1,25 milhão do Orçamento do município, para atender despesas de publicidade e propaganda, retirou os poucos recursos que estavam destinados aos programas de saúde e segurança pública.

Página

15

EDITORIAL

# EM BUSCA DE UM MUNDO MELHOR

O dia 13 de agosto assinala 50 anos da regulamentação da profissão. É um instante oportuno para refletir sobre o significado do economista na sociedade.

A regulamentação foi conquistada quando o Brasil se encontrava cheio de esperanças: livrara-se de longa ditadura, após contribuir para a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Petrobrás, Siderúrgica Nacional, Companhia de Alcalis e outros grandes projetos permitiam vislumbrar um horizonte em que a nação deixaria para trás sua imagem de país agrícola e atrasado para se tornar uma força econômica que território, recursos naturais e população permitiam antecipar. E os economistas seriam um dos agentes a impulsionar esse destino.

Passaram-se os anos e, em meio a progressos e retrocessos, o sonho ainda está distante, pois se hoje o Brasil é a oitava economia mundial em termos de PIB, quando se utilizam indicadores ligados a aspectos

mais abrangentes, como bem estar social, ou mais restritos, como competitividade, ainda há um longo caminho a percorrer. Contudo, para o bem ou para o mal, os profissionais da economia são atores destacados da vida nacional.

Na última década, os economistas têm passado por crises de imagem e de conteúdo. Ora são os culpados de tudo de mau que ocorre na sociedade brasileira, ora se vêm perplexos ao constatarem que não são tão poderosos quanto se imaginavam e que sua ciência atravessa o que se convencionou chamar, no meio acadêmico, de crise do paradigma.

Que este aniversário da regulamentação seja um momento de reflexão para todos nós. Quais nossos acertos? Quais nossas falhas? Tenhamos a humildade de reconhecer que ainda temos muito que aprender, visando contribuir para tornar a sociedade melhor.

Tenhamos a coragem de manter as esperanças no advir de um mundo melhor. ■

## CORECON JULGA PROCESSOS DA PETROBRAS, PREVI E ITAÚ

Próximo alvo do Conselho é fiscalizar as consultorias

O Plenário do Conselho Regional de Economia julgará processos administrativos envolvendo a Petrobrás, Previ e Banco Itaú que não cumpriram exigências de nossa fiscalização quanto ao exercício profissional de economistas.

Tais empresas são exceções entre as dezenas de organizações até o momento fiscalizadas que, em grande maioria, têm colaborado com nossas ações, não só por questões formais impostas pela legislação como também, e principalmente, pela compreensão da importância de ter sua atividade econômica executada por pessoas habilitadas.

Destes processos fiscalizadores junto a pessoas jurídicas, identificamos centenas de economistas em pleno gozo do exercício profissional, além de diversos bachareis em economia que não possuíam registro no Corecon-RJ e que já regularizaram sua situação. Os que ainda não o fizeram estão, por ora, recebendo ofícios amigáveis fixando prazo para o devido registro.

Infelizmente fomos obrigados a instaurar processos administrativos, por exercício irregular ou mesmo ilegal da profissão, contra 71 pessoas. ■

JORNAL DOS  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lestres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • **Edição:** Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - **Telefone:** 2232-8178 - **e-mail:** coreconinst@altermex.com.br - **homepage:** <http://www.economistas.com.br> • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Chargista:** Cássio Loredano • **Editoração eletrônica:** André Lippmann • **Projeto Gráfico:** André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 12.500 exemplares • **Periodicidade:** Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900  
**Telefone:** (21)232-8178  
**E-mail:** coreconinst@altermex.com.br  
**Homepage:** <http://www.economistas.com.br>

**Presidente:** Ronaldo Raemy Rangel • **Vice-presidente:** Sidney Pasoutto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lestres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • **Conselheiros Suplentes:** Enilce Leite Melo, José Antonio Lutterbach, Júlio Diniz, Luiz Mário Behnken, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO RIO DE JANEIRO**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000  
**Tel.:** (21)2262-2535 • **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **E-mail:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pasoutto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Paulo Passarinho • **Diretores de assuntos institucionais:** Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de relações sindicais:** Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcantara da Cruz • **Diretores de divulgação e finanças:** Benni Faerman e Eduardo Carneiro Scaletsky • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro  
RJ • Centro • Cep 20054-900 • **Tel.:** (21)509-1077  
**Telefax:** 232-8178 • **E-mail:** [ierj@altermex.com.br](mailto:ierj@altermex.com.br)

**Presidente:** Cláudio Leopoldo Salm • **Vice-presidente:** Hildete Pereira de Melo • **Diretor de Finanças:** Eriksom Teixeira Lima • **Diretoria Executiva:** Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola, Sívio Renato Paes de Figueiredo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO BC Inês Patrício\*

# INDEPENDÊNCIA OU IRRESPONSABILIDADE?

A tentativa do governo em impor um "BC Independente" recoloca a questão: afinal, independente de quem?

O Banco Central do Brasil e o Congresso brasileiro são um caso típico de resistência às hipóteses da teoria democrática dos anos 90, quando esta trata da prestação de contas dos bancos centrais.

Em primeiro lugar, porque os políticos brasileiros não são movidos pelo motivo reeleição quando discutem a política monetária, mas pelo desejo de agradar ao Executivo. Em segundo, porque a prestação de contas do BC, que é quase um banco independente, não tem evitado o déficit democrático.

Supõe esta teoria (ver por exemplo Haan, Amtembrink e Eiffinger, 1999; ou Bini Smaghi, 1998) que a vocação natural dos bancos centrais, quando independentes, é perseguir a estabilidade de preços, a qualquer custo. É que a vocação natural dos políticos é perseguir a reeleição, a qualquer preço, submetendo a política monetária a seus objetivos eleitorais.

Parte assim, a teoria democrática para a defesa dos bancos centrais independentes, como única maneira de garantir a estabilidade da moeda, associando-a a uma lei de responsabilidade monetária, que obrigaria os seus dirigentes a responder unicamente por uma meta de inflação.

A resposta ao Parlamento, dos dirigentes do banco central, evitaria o déficit democrático decorrente da autonomia dada a indivíduos não eleitos, conciliando-se a política monetária com a Constituição, assegurando simultaneamente a liberdade, a confiança política e a credibilidade econômica nas democracias.

## Não há neutralidade

Por trás desta teoria está a velha fórmula liberal dos freios e contrapesos, inventada por Montesquieu (1748), que supõe que a tirania consiste na concentração de todo o poder num único órgão, havendo a necessidade de freios à vontade de poder para assegurar a liberdade.

A conciliação desta tese com a idéia de Schumpeter, de que a democracia é um método de produzir governo tão bom como qualquer outro, desde que assegurada a existência de uma burocracia treinada e independente do carreirismo político, conduz, no caso dos bancos centrais, à proposta de bancos centrais independentes que prestam contas a Congressos, como a única forma de evitar tirania, ambições excessivas e "trapaças", seja dos políticos, seja dos próprios banqueiros centrais.

O regime de metas de inflação adotado pelo Brasil, em 1999, enquadra-se nestes pressupostos, segundo seus defensores, de maior transparência por permitir que se avalie claramente o desempenho da política monetária pela comparação entre a meta e a inflação observada. Há alguns pontos que a teoria democrática não discute e que merecem ser esclarecidos, a propósito da prestação de contas de um banco central.

Em primeiro lugar, não há neutralidade no conceito de prestação de contas de um banco central. O tipo de prestação de contas que se considera adequado depende das hipóteses de teoria monetária que se adote, e do que se considera que devam ser as relações entre política monetária e fiscal, ou seja, dos fundamentos econômicos da análise da credibilidade.

Na verdade, não existe consenso quanto às funções de um banco central e aos objetivos que deve perseguir. A história da hegemonia de uma preferência específica pela independência estrita dos bancos centrais é também a história da vitória na política de duas teses - a da moeda "neutra" e a da "taxa natural de desemprego", como fatos teóricos indiscutíveis. Vitória que pode ser revertida e cuja reversão a teoria democrática não previu.

Em segundo lugar, a prestação de contas dos bancos centrais a Legislativos eleitos depende também da capacidade de controle do Legislativo sobre as variáveis chaves da pres-

tação de contas - os objetivos do banco central, a transparência e a responsabilidade final das decisões de política monetária.

Cada país, seja qual for a concepção de credibilidade dominante e a lei relativa aos procedimentos de prestação de contas dos bancos centrais, tem o controle das atividades do banco central dependente da força das comissões do Legislativo, do uso efetivo dos instrumentos de poder à sua disposição e da dinâmica das relações entre o Legislativo, o Executivo e o Banco Central.

## BC e Congresso

Comissões fortes, como as do Congresso americano, determinam controle efetivo do BC pelo Legislativo, apesar do estatuto de autonomia. Comissões fracas e sem meios de controle, como as do Congresso brasileiro, submetem os congressistas à lógica dos líderes e da presidência da República e viabilizam, na prática, uma grande autonomia para o BC, apesar da inexistência de independência formal.

As relações entre o BC e o Congresso brasileiro, no período recente, põem em xeque as hipóteses da teoria democrática, sem que necessitemos analisar o paradoxo de uma teoria que se baseia na noção de preferências individuais, advogar uma única solução institucional para os bancos centrais, a ser fixada na Constituição, eliminando a priori a possibilidade de uma maioria eleitoral preferir outra solução.

Os Constituintes de 1988 decidiram, de um lado, por um aumento da autonomia do BC, e de outro lado, por um maior controle deste, pelo Legislativo. Além da revogação da lei 4595/64 e da extinção do Conselho Monetário Nacional, previram, na Constituição, um novo arranjo institucional para o BC e para o sistema financeiro, a ser regulamentado posteriormente.

O comportamento dos políticos brasileiros

segue, na prática, o de outros Parlamentos. No final da década de 80 e início da de 90, muitos países adotaram legislação relativa à independência do banco central. O Tratado de Maastricht, em 1992, exigiu que os membros da Comunidade Européia dessem a independência a seus Bancos Centrais, como parte dos requerimentos da União Monetária Européia.

Para o caso brasileiro há várias explicações plausíveis. Ou os políticos aderiram às teses hegemônicas da credibilidade por oportunismo "patriótico", contrariando sua verdadeira "natureza", para atrair a boa vontade das agências internacionais (esta é por exemplo a explicação de Maxfield, 1998, para a América Latina) ou abdicaram de interferir nos rumos da política monetária, por não terem como obter vitórias expressivas nesse campo, em virtude das limitações institucionais.

Eu opto pela segunda explicação. O que se passa na órbita da moeda e da política monetária, no Brasil, não é distinto do que se passa de modo geral no campo das relações Executivo-Legislativo, tal como já demonstrado por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999). O poder de agenda e demais prerrogativas – conferido ao presidente e aos líderes partidários por normas constitucionais e regimentais da Constituição de 1988 – afetaram a estrutura de incentivos dos parlamentares, levando-os a cooperar com o Executivo. Por esta razão, o controle do BC pelo Legislativo é fortemente influenciado pelo Executivo.

### As ambigüidades da CPI

Alguns episódios da CPI dos Bancos de 1999 obrigam a teoria democrática e os teóricos da credibilidade a rever a hipótese de que a política monetária, em função de ganhos eleitorais, desperta mais o interesse dos congressistas do que, por exemplo, a chance de obterem cargos ou outras benesses do Executivo.

O estopim da investigação foi a denúncia de que teria havido favorecimento indevido a bancos privados, após a desvalorização do real, no início de 1999, com vazamento de dentro do BC de informações sobre a política cambial.

A CPI também concluiu que a evasão fiscal através do sistema bancário e das facilidades concedidas a instituições financeiras é um dos maiores sintomas da fragilidade do setor público diante do setor privado. Dados apresentados por Everardo Maciel, da Receita Federal, mostram que metade das 530 maiores empresas do País e 42% dos 66

maiores bancos não pagavam imposto de renda.

Antes de 1999, em outras CPIs do Congresso, foram levantadas questões relacionadas ao BC, sobretudo no que se refere à cobertura dada a atividades ilegais, de "lavagem" de dinheiro, principalmente através do uso das contas do tipo CC-5, exclusivas para estrangeiros e utilizadas de forma ilegal por grupos nacionais.

Todas estas denúncias se referem a atos ilegais acobertados, ainda que nem sempre voluntariamente, pelo BC, sem que os congressistas façam a vinculação efetiva entre os objetivos do BC e a cobertura de tais operações.

A propósito da subordinação dos senadores aos objetivos da política econômica, há que considerar os seguintes pontos: 1) Esta CPI resultou de um acordo entre o PMDB e o PFL, e não propriamente da indignação de Jader Barbalho com as ações do BC. A indignação foi antes contra o Executivo, por motivo de "cargos"; 2) O Executivo, ao longo do processo, foi capaz de impor as suas preferências, mesmo tendo sido a CPI requerida por um dos líderes da coligação que o apóia, Jader Barbalho. Em primeiro lugar, impedindo a criação de uma comissão mista, onde a oposição estaria mais bem representada; em segundo lugar, garantindo que os representantes da maioria aceitassem um processo de prestação de contas que seguia as preferências do BC. A desqualificação do Relatório Mercadante é um exemplo da ambigüidade dos senadores da maioria, durante a CPI; 3) O BC utilizou, durante o inquérito, o argumento da credibilidade e a possibilidade de "crise sistêmica", para justificar as decisões tomadas. Ou seja, partiu do princípio de ser um dado da natureza o de que a estabilidade de preços justifica qualquer decisão e que os congressistas não teriam nada a obstar a este princípio. As sabatinas dos dirigentes do BC, prévias à aprovação destes, por uma quase unanimidade, no Senado, referendam esta convicção; 4) Os senadores concentraram-se em questões de grande impacto na mídia, mas de importância relativa menor no conjunto de atribuições e decisões do BC, como por exemplo a assistência a dois pequenos bancos, apesar dos protestos do deputado Mercadante, que insistiu no seu depoimento que se estava tratando, naquela CPI, apenas do " varejo", enquanto se esquecia do " atacado". A CPI introduziu, no entanto, uma série de modificações legais que visam sobretudo disciplinar ou regulamentar as relações do banco central com o sistema financeiro; 5) O Senado aprovou a indicação, para uma diretoria do BC, de Tereza Grossi, uma das denunciadas no processo da CPI dos

bancos. A economista foi apontada como uma das responsáveis pelo socorro financeiro aos bancos Marka e FonteCindam que, segundo o relatório dos senadores, causou prejuízos de US\$ 1 bilhão ao governo. Ao lado de outros dirigentes do banco, ela responde a quatro ações propostas pelo Ministério Público por improbidade administrativa. Foram 45 votos favoráveis, 27 contrários e três abstenções; 6) Para garantir que a escolha do presidente fosse aceita, o governo colocou em campo sua equipe mais forte: o próprio presidente do BC, Arminio Fraga, e o secretário-geral da presidência, Aloysio Nunes Ferreira, que telefonaram para os senadores, convencendo-os a votar pela indicação.

"Arminio Fraga me telefonou e eu lembrei a ele uma dívida que está sendo injustamente cobrada do banco do meu estado pelo BC. Ele disse que não conhecia o débito, mas vai corrigir o erro. Por isso, eu vou votar a favor do nome dessa senhora", admitiu o senador Ernandes Amorim, do PPB de Rondônia, referindo-se a uma dívida de R\$ 600 milhões do Banco do Estado de Rondônia. "Pelo bem-estar do meu estado eu sou capaz de fazer qualquer coisa", acentuou.

A hipótese de uma diretoria de Banco Central unicamente preocupada com questões técnicas é, então, substituída pela de um presidente eminentemente político e sem flexibilidade para compor com o Congresso, numa questão aparentemente menor, como a indicação de uma técnica sem grandes qualificações acadêmicas, justamente numa diretoria que preza a titulação dos seus membros e a exibe na home page do banco.

Vai-se longe o tempo da conciliação de Octávio Gouveia de Bulhões que, mesmo durante a ditadura, preocupava-se com a aprovação do Congresso. O que não impede que Arminio Fraga mostre-se extremamente solícito quando não é o BC o investigado. Durante a CPI do Futebol, as informações chegavam rapidamente aos congressistas.

Ou seja, podemos concluir que as particulares concepções de credibilidade dos congressistas brasileiros e do BC e as características do processo legislativo brasileiro, em que predomina o Executivo, determinam o tipo de prestação de contas do BC, tornando-o imune a interferências do Legislativo na política monetária, garantindo a sua independência, de fato, e configurando o que Montesquieu definiria como um caso típico de tirania monetária. ■

\* Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

NOVO ACORDO COM O FMI Paulo Passarinho\*

# A AVENTURA FINANCEIRA CONTINUA

Analistas que louvavam os chamados fundamentos da economia, hoje se deparam com realidades que desmentem todas as previsões otimistas

O governo brasileiro anunciou a formalização de mais um empréstimo junto ao FMI. Na versão oficial, apresentada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, enaltecida e difundida como verdade pela grande imprensa, a natureza desta nova dívida (que muitos insistem em chamar de ajuda) é preventiva: tratar-se-ia de "prevenir" a economia brasileira das turbulências do mercado financeiro internacional e, especialmente, evitar um contágio da crise argentina.

É uma versão que procura ser coerente com as avaliações que a equipe econômica do governo e os analistas oficiais faziam desde o final do ano passado. O que mais se ouviu dessas fontes foi que os "fundamentos" de nossa economia encontravam-se sólidos, não nos confundindo com as dificuldades por que passava, então, a Argentina e antes dela a Turquia.

Não haveria motivos para maiores preocupações, face esses "bons fundamentos". A economia iria crescer mais de 4% em relação ao ano de 2000, o desemprego recuaria, a taxa de juros básica continuaria a cair e o futuro seria promissor. De repente, tudo mudou e a explicação apresentada foi a desaceleração das economias americana e européia, a recessão asiática e, principalmente, a situação da vizinha Argentina. Para complicar o cenário com uma pitada doméstica, veio a crise energética que, curiosamente, nenhum desses analistas havia previsto.

O que ocorre, entretanto, é muito diferente do que se tenta apresentar à opinião pública como explicação ou justificativa. A origem dos problemas que

estamos vivendo não se encontra nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia ou mesmo na Argentina. A raiz dos problemas que estamos sofrendo encontra-se exatamente nos tais "fundamentos" da economia brasileira.

É lógico que essas outras crises influíram nas dificuldades que o país experimentou. Porém, essa lógica é consequência do grau de abertura econômica irresponsável e fruto das opções de política econômica que foram assumidas por FHC e seu governo.

## As razões da crise

Se o problema não se encontra nos chamados mercados internacionais, nem tampouco na Argentina, onde então ele se localiza? Justamente nas tais opções de política econômica que foram feitas desde 1994. Naquela ocasião, a pretexto de se combater a inflação, mais um plano econômico foi colocado em ação. Era o Plano Real que, muito além da criação de uma nova moeda, conferiu à economia brasileira um novo tipo de funcionamento.

Aproveitando a onda da abertura iniciada no governo Collor – tanto em termos comerciais quanto financeiros, os responsáveis pela política econômica de então, tendo à frente o presidente da República, Itamar Franco, e o seu ministro da Fazenda, Ciro Gomes, aprofundaram este tipo de política.

Reduziram, ainda mais, as alíquotas de importação; elevaram brutalmente a taxa de juros interna; e fixaram um valor inteiramente irreal, em relação ao dólar, para a nova moeda. Com isso, pro-

duziram um verdadeiro choque de oferta de produtos importados na nossa economia. Iniciava-se aí uma inflexão importante na trajetória da economia brasileira.

Nossas importações passaram a superar as exportações, produzindo sucessivos e crescentes déficits na balança comercial. E não eram apenas produtos finais que passaram a ser importados. Peças, equipamentos e componentes industriais tornaram-se atraentes de serem adquiridos no exterior, independentemente de já serem ou não produzidos aqui no Brasil, pois os seus custos haviam se reduzido significativamente.

Setores importantes, como o de autopeças, por exemplo, sofreram uma crise sem precedentes, com a compra de empresas por grupos estrangeiros, o fechamento de fábricas e a conseqüente ampliação do desemprego. O resultado do comércio do Brasil com o exterior, que em 1994 havia produzido um saldo positivo de mais de US\$10 bilhões, já em 1995 apresentou um resultado negativo superior a US\$ 3 bilhões e alcançou, em 1997, um prejuízo de mais de US\$ 8 bilhões.

Além disso, por força da grande penetração dos capitais estrangeiros em nossa economia, a conta de serviços – pagamento de lucros, dividendos, royalties, transportes e juros para o exterior – também se elevou, significativamente. O resultado, assim, das transações correntes do Brasil com o exterior (resultado das operações de comércio e serviços) sai de um saldo negativo, em 1994, de US\$ 1,7 bilhão para quase US\$ 35 bilhões, em 1998.

No início de 1999, com a maxidesvalorização do real, esses prejuízos na relação econômica do Brasil com o exterior são atenuados. Porém, o mal estava feito: mesmo com a desvalorização do real, acentuada inclusive este ano, a previsão de déficit nessas transações correntes chega a superar a cifra dos US\$ 26 bilhões, para este ano.

### O tamanho da vulnerabilidade

O governo, nos anos anteriores, financiou estes rombos com captação de recursos de curto prazo, aplicados em títulos do governo e na bolsa de valores; com os chamados investimentos diretos, especialmente impulsionados pelo programa de privatizações; e pela contratação de empréstimos externos, principalmente pelas empresas privadas, e, em 1998, junto ao próprio FMI.

O que ocorreu neste ano é que com a retração da atividade econômica nos países centrais do capitalismo e com as dificuldades políticas do governo em avançar na venda do patrimônio estatal, a previsão de entrada de recursos pela via do investimento direto - que no ano passado chegou a US\$ 30 bilhões - não deve superar a US\$ 16 bilhões. É justamente neste ponto que a vulnerabilidade externa de nossa economia se apresenta por inteiro.

Nossas necessidades de financiamento externo, neste ano, superam a marca dos US\$ 66 bilhões (mais de US\$ 26 bilhões de déficit nas transações correntes, mais, aproximadamente, US\$ 40 bilhões em amortizações da dívida externa). Ou seja: há uma diferença muito grande entre o que o país necessita em dólares e aquilo que a sua economia produtiva pode gerar. Há um desequilíbrio muito expressivo entre a quantidade de dólares disponíveis na economia e o conjunto de compromissos financeiros, em moeda forte, que a própria forma da economia brasileira funcionar gera.

Esta é a principal razão da contínua elevação do preço do dólar, em reais. Ao longo de todo esse ano, diariamente, há uma procura por parte das empresas com compromissos de pagamentos no exterior - em função de empréstimos realizados, remessa de lucros e dividendos, pagamentos de outros serviços e importações - que pressionam o mercado de câmbio.

À medida que a entrada de dólares que o país vem conseguindo não supre essas necessidades, configurando-se uma procura muito maior do que a oferta disponível, a cotação do dólar, em reais, é cada vez mais pressionada.

A solução de contrair novos empréstimos, ou contar com novos investimentos diretos, apenas empurra o problema do desequilíbrio estrutural de nossas contas externas para o futuro, sem entretanto resolvê-lo.

São soluções que apenas geram novas e crescentes dívidas com o exterior. Geram novos compromissos com o pagamento de juros, amortizações, remessa de lucros e, muitas vezes, mais importações. Guardadas as devidas proporções, esta é uma situação idêntica a que vive a Argentina. A diferença é que os capitalistas internacionais ainda continuam a financiar o Brasil, porém, a um custo elevadíssimo, ao contrário do que vem ocorrendo com o vizinho.

É neste contexto, de grave e estrutural desequilíbrio, que a ação especulativa - sempre existente em um mercado dessa natureza - deve ser compreendida. Porém, ela está longe de ser o fator determinante da desvalorização do real.

**C**abe lembrar que este modelo de endividamento externo alimenta e relaciona-se igualmente com o endividamento do governo, em reais. A manutenção de uma taxa de juros elevada - funcional para atrair a aplicação de recursos (inclusive, dólares) no mercado de títulos, e a necessidade de se evitar a expansão da base monetária - fazem com que o impacto sobre a dívida pública seja monumental.

A chamada dívida mobiliária interna da União, resultado da venda de títulos para os grandes bancos, que em janeiro de 1995 era de R\$ 62 bilhões, fechou o primeiro semestre desse ano em mais de R\$ 580 bilhões. O FMI exige, por isso, que o governo economize em seus gastos de custeio,

## Há uma diferença muito grande entre o que o país necessita em dólares e aquilo que a sua economia produtiva pode gerar

salários e investimentos. A alegação é que esta seria a única forma de se assegurar recursos para a continuidade do pagamento dos encargos desta monumental dívida. Uma espécie de garantia aos credores.

Para quem queira acreditar, alega-se que essa economia de despesas - o chamado superávit primário - permitiria uma redução no volume total da dívida. Os números, porém, falam mais alto: no primeiro semestre desse ano, o setor público produziu um superávit de R\$ 30,42 bilhões, quando a meta com o FMI era de R\$ 21,47 bilhões.

Apesar disso, foram pagos de juros R\$ 59,209 bilhões e a dívida mobiliária cresceu R\$ 67,91 bilhões, passando de 512,92 bilhões (em janeiro) para os mais de R\$ 580 bilhões, já mencionados. Mais grave: no novo acordo com o FMI é exigido um superávit primário ainda mais elevado e estima-se uma nova meta de endividamento global para o setor público, de R\$ 700 bilhões, até o final desse ano.

A orgia financeira parece não ter fim, ao mesmo tempo em que o governo e a imprensa chapa branca louvam a "austeridade fiscal" que caracterizaria a administração FHC/Malan/FMI. Resta saber até quando iremos suportar esse pesadelo, que se traduz em endividamento crescente, desnacionalização da economia e enfraquecimento do Estado e de suas políticas públicas e sociais. ■

\* Membro titular do Corecon - RJ.

MEMÓRIA

Sylvio Wanick Ribeiro\*

# A HISTÓRIA DE UMA LUTA NADA ECONÔMICA

Arrolo, a seguir, tópicos sobrelevantes do caminho percorrido pela regulamentação profissional. Fixo-me, de início, em uma foto já um tanto desbotada onde aparecem cerca de 20 universitários, na sede da então altamente prestigiada União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1947, há 54 anos, portanto.

Reunimo-nos ali, constituímo-nos no núcleo de uma comissão "Central Pró-Regulamentação da Profissão" e decidimos trabalhar afincadamente, unidos, até obter a vitória final do reconhecimento do exercício privativo da profissão, o que veio a ocorrer somente a partir de 13 de agosto de 1951, com o advento da lei 1.411 (com vetos).

A esperança (ou certeza) do êxito e de ser escoreta a causa contagiou a todos. Parecia-nos fácil e relativamente breve. Não foram. Muito ao contrário. Mas a firmeza de propósitos sempre prevaleceu.

Os diretórios acadêmicos das cinco escolas de economia do antigo Distrito Federal cedo se juntaram aos 25 outros das demais escolas das unidades da Federação. Essas escolas eram em número superior ao de qualquer outro ramo de ensino universitário e representavam mais ou menos 20% do seu total.

O apoio firme, entusiasmado, também, de todos os demais estudantes brasileiros (chegaram a decretar uma greve geral de solidariedade) à vista de decisões da UNE, UEEs, DCEs e seus diretórios foi decisivo - decisivo, enfático - para vencer a morosidade do Congresso Nacional (a de sempre) e aos adversários da regulamentação. Dentre estes, alguns grupos de prestígio, embora, na maioria, pessimamente representados, mas que nos deram trabalho excessivo e profundos aborrecimentos.

Do IX ao XIV Congressos Nacionais dos Estudantes e em seus Conselhos Nacionais foram aprovadas reiteradas moções em defesa da regulamentação, bem como no I e II Congressos Nacionais Acadêmicos de Economia, estes realizados, respectivamente, no Recife e em São Paulo.

Praticamente, todas as publicações editadas pelos universitários brasileiros inclui-

am matérias acerca das ações pela regulamentação. Circulou, em 1950, por três números, um 'jornalzinho' dedicado exclusivamente à campanha, denominado "Projeto", tendo alcançado expressivas tiragens, relativamente.

## O Conselho Nacional de Economia

O ensino, a partir de 1946, conquistou grau universitário, a ser obtido após quatro anos de curso. Naquele ano, foi proclamada uma nova Carta Magna, a qual criou, sob total aplauso dos estudantes e economistas formados, o Conselho Nacional de Economia, que só pôde ser extinto rasgada a Constituição pelo regime militar imposto em 1964. O Conselho ajudou a reforçar argumentos em favor do desejo dos economistas e, dentre suas realizações meritórias, patrocinou cursos extra-curriculares de economia, que superavam deficiências do ensino regular.

Os estudantes nunca se descuraram da campanha, freqüentemente enfrentando sacrifícios pessoais, pois a quase totalidade, além das obrigações escolares, tinha as de seus empregos, e não sobrava tempo. Sua participação, porém, repito, foi indubitável. Dependíamos, é evidente, dos parlamentares e, por exemplo, estes eram assediados, permanentemente, não só no Parlamento mas em seus estados, incluindo seus parentes e familiares, cobrando-lhes compromissos. Às vezes, na medida do possível, o que gerava despesas, deslocavam-se estudantes de outros estados ao Rio, para ver e ouvir discussões e votações na Câmara e no Senado e marcar presença. Formamos o que hoje seria considerado um *lobby* poderoso.

Certa vez, vale recordar, um senador discursava, com certa veemência, contra o projeto (ele havia assegurado, em sua terra, que votaria a favor) quando, das galerias, partiram apupos e apartes, evidentemente proibidos, e por isso elas foram desocupadas. Antes, o parlamentar "cabra da peste" percebeu que os evacuados (os representantes do povo gostam da expressão) eram conterrâneos, alguns amigos seus e de sua

família. Quando da retomada da sessão interrompida, o discurso dele se transfigurou e seu voto acabou favorável ao projeto.

Houve muitos episódios assim interessantes, dignos de registro e que só a audácia e o natural inconformismo da mocidade conseguiria provocar. Além do mais, toda a campanha foi muito emocionante, com várias vitórias e derrotas. O projeto teve de ser reapresentado a cada nova legislatura. Possivelmente, foi a regulamentação mais demorada e intensamente discutida em todo o Brasil, sendo que a proposta tinha apenas 26 artigos.

Note-se que o ensino de economia principiou em 1808, professorado por José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. O primeiro ante-projeto legislativo (nº 618, na Câmara) surgiu em 1947, ou seja, 139 anos depois da data daquele começo. O curso inicial de ciências econômicas data de 1905, o Curso Superior de Economia e Finanças foi criado em 1931 e a Consolidação das Leis de Trabalho estabeleceu a existência legal da profissão de economista, em 1943.

## Mobilização e greves

Durante os anos de tramitação legislativa realizaram-se sobre o tema milhares de reuniões, palestras radiofônicas e seminários com debates. Foram escritos um sem número de artigos na imprensa, houve intensa campanha através de telefonemas, cartas e telegramas, incluindo um cartão postal específico, editado pela campanha pró-regulamentação e que alcançou grande tiragem - e a edição do jornalzinho "Projeto", já referido. Efetivaram-se "semanas do economista", congressos nacionais e regionais e houve mobilização de câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais. Decretaram-se algumas paralisações, em protesto contra a morosidade ou certas atitudes de parlamentares.

Nas solenidades de formatura de todas as turmas de 1950 foi guardado um "minuto de silêncio" pelo atraso da regulamentação. Concomitantemente, os Sindicatos e as Ordens, destacadamente de São Paulo,

# OS PIONEIROS DA PROFISSÃO

Lista, embora bastante incompleta, de estudantes e profissionais de vários ramos que muito apoiaram a campanha pela regulamentação

Abilio Almeida, Aalter Magalhães, Ademar dos Santos, Agnello Martins, Agostinho Ferreira Rito Cardoso, Alberto Almada Rodrigues, Alfredo Gomes, Almino Afonso, Alvaro Alves de Oliveira, Américo Boscagli Reis, Amerino Wanick, Antero Martins, Anthero Martins Fernandes, Antonio De Vries, Antonio Frejat, Armando Marques, Arnaldo Vasconcelos, Arnóbio Cabral, Augusto Pinheiro Toscano de Melo, Benjamin Soares Cabello, C. de Osiris Josephson, Carlos Augusto Rezende Lopes, Cassio Fonseca, Celio Borja, Celso Medeiros, Cely de Moura Negrini, Cesar Nepomuceno de Castro, Cesar Prieto, Claudio Garcia de Souza, Cláudio Lobo Jardim, Dalton Silva, Dênio Chagas Nogueira, Diogo Adolfo Nunes Gaspar, Dirco Santos, Djacir Menezes, Djalma Teixeira, Domingos Pinto da Rocha, Edgar Figueiredo, Edgar Pinto Monteiro, Edmundo Veiga de A. Campista, Edson Barbalho, Elias Araújo, Elias Nassif, Eugênio Doin Vieira, Everaldo de C. Nascimento, Fernando A. S. Pamplona, Fernando Novaes, Fernando Pedreira, Fernando Pereira Azevedo, Francelino Gomes, Francisco Campos, Francisco Costa Neto, Francisco Porfirio Sampaio, Frank Acker, Genival de Almeida Santos, Geraldo Gusmão da Fonte, Hardman Torres, Haroldo Monteiro Campos, Helio Marcos Penna Beltrão, Helio Rocha, Heraldo de Almeida Rocha, Heraldo Monteiro Campos, Herbert Guimarães Soares, Hugo Morado de Faria, Iberê Gilson, Isacc Miguel Nigri, Italo Giovanni Castellani, Italo Pellizani, J. Bicudo de Almeida, J. C. da Costa e Silva, J. C. Sampaio Lacerda, J. S. Ribeiro Filho, Jacyr Moura, Jayme Frejat, João Barbalho, João Barros Lelis, João Rodrigues da Silva Neto, Joaquim Rodrigues Mochel, Jorge Dib, Jorge Leão Teixeira, Jorge Loreti, José A. Cal. Gonzalez, José Augusto Mc Dowel Leite de Castro, José B. Rodrigues Gonçalves, José Cadete Sobrinho, José Gonçalves Carneiro, José Maria de Menezes Campos, José Osmar Tavares, José Pelúcio Ferreira, Juvenile José Fernandes Pereira, Lafayette Belfort Garcia, Lauro Ximenes de Souza, Lenart da Silva Novaes, Lincoln Mesquita, Luis Carlos de Portilho, Luiz Gonzaga Paiva Muniz, Manoel Castro Monteiro, Manoel Francisco Lopes Meirelles, Manoel Orlando Ferreira, Manuel de Castro Monteiro, Mariano Rossi, Mario Cãmíha Bessa, Mario Rebello de Mendonça Filho, Mario Sinibaldi Mala, Mauricio Magalhães de Carvalho, Maximiliano Bagdócimo, Moacir Correa, Natalino Agostinho Pereira, Nelson Boaventura Pacifico, Nenzarth F. Machado, Nivaldo Landim, Octacilio Escobar, Olivio Lube, Oscar Moura Lacerda, Othon Ferreira, Paulo Amaral, Paulo Baptista da Silva, Paulo Cunha Cruz, Paulo Egidio Martins, Paulo Prates, Pedro Pedrini, Percio Gomes de Mello, Petronio Portela, Plínio de Abreu Ramos, Raimundo Rodrigues de Souza, Renato Rocha Lima, Revorendo Ribeiro, Reynaldo S. Gonçalves, Roberto Bruce, Roberto Lira Filho, Roberto R. de Medeiros Netto, Rubem Ramos da Silva, Rui Arantes, Ruy Rebello Pinho, Saul Oliveira, Sergio Almeida, Sergio B. F. Almeida, Setembrino B. Caminha, Tarcisio de Oliveira Lima, Themistocles Cavalcanti, Theodoro Joel, Thomaz Pompeu Accioly Borges, Tibério Nunes, Tolstoi Claderciano Klein, Ubirajara D. Zogaib, Umberto Montano, Venâncio Igrejas Lopes, Venero Caetano da Fonseca, Waldir Castrioto, Waldir Domingues Silveira, Walter Ramos da Silva, Wanderley Santiago, William Zeraick, Wilson Guidelli Giglio, Wilson





## MEMÓRIA continuação da página 7

agiam com denodo, prosseguindo a catequese que mantinham desde antes da campanha estudantil. Em 1951, calculava-se que estavam mobilizados cerca de 15 mil interessados no movimento.

Enquanto isso, nas livrarias exibiam-se, como novidades, dezenas de livros de economia de autores nacionais (vários continuam insuperáveis até hoje e ainda são adotados nas escolas) e, mais numerosos, de autores estrangeiros (traduzidos e nos originais). Inauguravam-se seções econômicas regulares e de nível na imprensa e apareceram várias publicações especializadas, algumas excelentes, e que, hoje desaparecidas, deixaram um vazio.

Cresceu o número de novas e importantes organizações, particulares e públicas (Sumoc, bancos, grandes fábricas, Conselho Nacional de Economia, BNDE, FMI) que passaram a demandar profissionais da área de economia. Estreitou-se um relacionamento internacional (missão Abbink, Cepal).

Tínhamos a nova Constituição e o presidente da República, apesar de ex-“condestável” do (fascista) Estado Novo, pretendeu e em larga medida cumpriu ser um escravo daquela Carta, de cunho eminentemente democrático. Respirava-se, então, um clima geral que, no mínimo, propiciava movimentos reivindicatórios de tipo do nosso.

Havia, em verdade, mudanças acentuadas grandes efervescências entre os estudiosos por todo o Brasil, em grande parte como decorrência do final da 2ª Grande Guerra e oriundas dos grupos de intelectuais brasileiros e estrangeiros que, no momento, se reorganizavam e se constituíam ou se expandiam eufóricos, disseminando conhecimentos e modernas idéias aos quatro cantos, tudo sacudindo tudo. A esperança de um mundo melhor se disseminava.

É nessa atmosfera, altamente favorável, que caminha o projeto de regulamentação, mas ainda assim caminha muito devagar, entravando: única profissão liberal não regulamentada no Brasil. Os diplomados em ciências econômicas continuavam sem prerrogativas, no que diferiam dos egressos das demais escolas universitárias. Todavia, a “força jovem” não desistia.

### Os pioneiros da luta

Mais adiante, distinguirei (seria imperdoável se não o fizesse) pouco mais de um centena dos milhares de entusiastas pela re-

gulamentação, aqueles cujos nomes estão nos raros papéis que ainda me restam do passado. Os muitos que faltam, não vejo como recuperá-los. Note-se que quase todos são masculinos, pois não possuo os sobrenomes das mulheres partícipes da campanha, que não eram muitas mas existiram.

Recordo-me, por exemplo, de Margaret Hanson, que até outro dia cumpriu mandato de diretora da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, onde também lecionou. Não sei dizer se havia, na época, uma barreira “machista” ou se, na realidade, as meninas não gostavam de aparecer. Lembro-me apenas do pré-nome de cerca de uma dúzia delas, que muito auxiliaram a campanha. Maria Coeli é Pessanha ou Peçanha ou nada disso? Lindaura ou Conceição ou Maria do Carmo de que? Perdoem-me pela grave falta. No entanto escaparam de minha (involuntária) negligência três guerreiras pernambucanas – Eliza Ferreira Batista, Suzete Cruz e Lhuba – esta terceira sem que retivesse, como se tornou regra geral, seu sobrenome; ficou-me esse ante-nome, incomum, com certeza, e que não mais revi.

Obrigo-me a salientar, pelo menos, cinco pessoas do mais alto nível intelectual e de ampla projeção, em todas as esferas, e que contribuíram, sobretudo, para a vitória da regulamentação: Eugênio Gudín, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira, Milton Campos (parlamentar e governador de Minas Gerais) e Octavio Gouvêa de Bulhões.

O professor Gudín, de certa feita, criticou os desvios sofridos pelos estudos econômicos sob a “influência do historicismo alemão, que deu lugar à chamada Economia Institucional, segundo a qual as leis econômicas estão na dependência das instituições das leis e do quadro jurídico”. Mostrou que os estudos de economia devem ocupar lugar autônomo e sentenciou que “esta fase de amadorismo está encerrada”.

E ainda destacou: “Não creio que em outro qualquer campo científico registrou a História um esforço intelectual tão grande e um devotamento tão acendrado ao estudo de uma ciência, como os que realizavam os economistas dos dois decênios de entre-guerras”.

Distingo, igualmente, os seguintes parlamentares que mais firme e permanentemente apoiaram a regulamentação (é quase certo terem escapado nomes): Barros de Carvalho, Benjamin Farah, Berto Condé, Campos Vergara, Cesar Prieto, Cirilo Júnior, Fernando Ferrari, João Cleofas, João Luiz de Carvalho,

Jurandir Pires Ferreira, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Luiz Gama Filho, Lucio Correa, Orlando Brasil, Padre Arruda Câmara, Pedrosa Júnior, Salgado Filho e Tabosa de Almeida.

Durante o quinquênio das discussões da regulamentação foram presidentes eleitos da querida UNE (diferentemente do que alguns dizem, a UNE, apesar de política, não era partidária, daí talvez seu imenso prestígio): Roberto Gusmão, Genival Barbosa Guimarães (renunciou a parte do mandato, sendo substituído por Ubaldo de Maio), Antônio Rogê Ferreira (também renunciou, sendo substituído por José Frejat) e Olavo Jardim Campos (re-eleito uma vez). Todos esses destacados líderes estudantis apoiaram com vigor a campanha e, por isso, receberam as homenagens e gratidão dos estudantes de economia e dos economistas formados. Reverenciamos a memória dos que já morreram.

Gostaria de encerrar este testemunho, se espaço houvesse, fazendo um balancete de como, em parte, tem sido desobedecida a lei de regulamentação tão duramente promulgada, em especial o desrespeito praticado sob a proteção de organismos que devem obediência ao governo.

Eis, portanto, meu conciso depoimento, sem que tenha condições de, neste instante, nele detectar falhas e corrigir possíveis erros e omissões. É prestado, entretanto, com a autoridade de quem conduziu, de 1947 a 1951, por delegação expressa e extremamente honrosa dos colegas, a belíssima campanha pela regulamentação da profissão, alcançada sob sérias dificuldades, creio inimagináveis pela garotada de hoje. Discurso distante há pouco mais de meio século dos acontecimentos, agora que me falta a memória, à beira dos 80 anos.

Certo é que foi bom vivê-los e, nesta hora, recordar...

Todos nós, unidos, como nos comprometemos, fizemos nossa parte. ■

**\* Economista e militante da luta pela regulamentação da profissão.**

### OS PIONEIROS DA PROFISSÃO



1. Eugênio Gudín; 2. Otávio Gouveia de Bulhões; 3. Maria da Conceição Távares; 4. Inácio Rangel; 5. Antônio Delfim Neto; 6. Carlos Lessa; 7. Roberto Campos; 8. Mário Henrique Simonsen; 9. Céso Furtado.

ECONOMIA SOLIDÁRIA Ruth Espínola Soriano\*

# A NOVA ECONOMIA DAS REDES SOLIDÁRIAS

Experiências realizadas há mais de duas décadas em dezenas de países montam redes de relações solidárias de produção e abastecimento

**O**s primeiros agrupamentos humanos na terra, em geral, eram nômades e detinham uma forma muito rudimentar de atividade econômica. Não conheciam quaisquer intervenções de instrumentos monetários, realizavam trocas diretas identificadas como escambo.

Na primeira revolução agrícola, estes relacionamentos foram bastante alterados. Vigorava a partir de então a agricultura organizada, a domesticação de animais e a forma sedentária de vida. Foram sendo fabricados instrumentos de trabalho e utensílios, através de outras formas de produção e de novos padrões de vida. A especialização e a divisão das atividades se manifestavam através da forma de trabalho, ainda que em termos muito primitivos.

Neste momento, as trocas não eram mais atividades marginais, tornaram-se gradativamente fundamentais para o desenvolvimento e para a própria reprodução da vida. Dito isto, a mútua coincidência de desejos, dada a grande diversificação de bens e serviços, tornou-se relativamente difícil, passando a determinar a existência de pagamentos indiretos. Alguns produtos, amplamente aceitos como pagamento das atividades econômicas, passaram a se configurar com o conceito de moeda e também a atuar como medida de valor.

Aos poucos, todos os demais bens e serviços ofertados passaram a se constituir em produtos-padrão de medida. Vale lembrar que, neste momento, o objeto ou produto convencionalmente aceito por todos os integrantes da comunidade adquire tanto a função de intermediário de trocas, como de reserva de valor.

**N**os dias atuais, não é difícil observar o desenvolvimento da moeda, do comércio e de todo o sistema financeiro. Mas é difícil imaginar o funcionamento de um sistema em que não existam instrumentos monetários, embora seja "lamentável que tenham sido desfeitas as fronteiras entre moeda, finanças e capital, fazendo com que as políticas monetárias tenham se transformado em uma competição de todos contra todos, em busca de mercado e riqueza" (Fiori, 1997: 141).

Apesar deste cenário, temos notícias de que várias comunidades no mundo, hoje, participam de projetos alternativos, de autogestão, cooperativos, de gestão participativa popular da economia, redes de comércio justo (*fair trade*), de consumo ético, de responsabilidade social, etc. Chamam-na de economia solidária, economia popular e etc.

No entanto, aqui chamaremos de sócio-economia solidária, não por tê-la como distinta dos demais processos, mas sim por acharmos que esta expressão detém uma conotação mais ampla. Dentre suas diversas maneiras de expressar o surgimento e fortalecimento da sócio-economia solidária, encontramos aquela que resgata os conceitos primitivos da moeda, procurando moldá-la com mais afinidade aos anseios da população que a utiliza.

São nos espaços das redes de trocas solidárias que as moedas sociais são instrumentos dessa nova economia. Convém citar o austro-alemão Silvio Gessel (1862-1930), que idealizou um 'mercado sem capitalismo'. Ele defendia a idéia de se "oxidar a moeda", estimulando a circulação do dinheiro, através de taxas de juros negativas e fortalecendo, conseqüentemente, a economia local. Suas idéias, consideradas

impraticáveis por muitos de sua época, estão descritas no livro *A Ordem Econômica Natural* e foram colocadas em prática na Áustria, França, Alemanha, Espanha, Suíça e nos EUA.

Como vimos, não se trata de nada inovador. Nestes grupos o escambo é atividade comum para se obter produtos, serviços e conhecimentos entre os membros, mas também as trocas são intermediadas com uma moeda, vale, ou bônus regional, os quais são aceitos apenas naqueles meios.

Os principais casos de moeda alternativa apareceram nos momentos de recessão econômica deste último século. Mas foi a partir da década de 80 que surge uma gama significativa de moedas paralelas às nacionais, que atuam de forma complementar ao sistema. Em algumas delas o Estado é o próprio emissor, sendo entendidas aqui como estratégia do sistema visando facilitar transações de bens, serviços e outras atividades comerciais.

**E**m Vancouver, no Canadá, sabe-se que o primeiro grupo de trocas solidárias surgiu em 1983, com o núcleo LETS – Local Exchange Trading System, quando a comunidade local sofria com a recessão da indústria madeireira. Atualmente, temos notícia da existência de várias experiências com moeda social, que surgiram de maneira independente e autônoma. Aos poucos é que se integram em redes e seminários, com a ajuda da internet. Em Santiago do Chile, em abril último, foi realizado um encontro internacional de redes de trocas solidárias, promovido pelo Pólo de Sócio-economia Solidária ([www.socioeco.org](http://www.socioeco.org)), fórum mundial em que se discute este e outros fins.

Na Argentina, há cinco anos, várias províncias já têm suas redes e suas moedas, formando um total de 80 grupos. Calcula-se que mais de 500 mil pessoas já se cadastraram nestas redes, movimentando de US\$ 2 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano, inclusive, com pagamento de impostos e pensões alimentícias.

Cabe também destacar a experiência francesa, que não tem moeda, mas apenas um sistema de cálculo individual por grupo. Este tipo de trocas é distinto do LETS, sendo conhecido por SEL – Systèmes d'Echange Local, originado em 1994. Mais de 60 mil pessoas integram os grupos, tanto no meio rural quanto no urbano. No Rio de Janeiro, registramos o nascimento da primeira Rede de Trocas em novembro de 1999 e, desde então, outras três já foram formalizadas.

### Políticas monetárias, preços e juros

**A** maneira pela qual são determinadas as políticas e as relações em tais espaços é distinta, entre os diversos países, culturas, grupos e redes em que são praticados<sup>1</sup>. Em alguns é o grupo que decide quanto de moeda deve estar em circulação, fazendo política monetária expansionista ou contracionista, mediante a quantidade e velocidade das trocas. Em outros, não há um controle tão rígido com relação à quantidade de moeda circulando no grupo.

Na maioria, a moeda é transacionada sempre com lastro único na unidade de

horas de trabalho social do grupo, devendo todos os custos incorridos no mercado solidário ou fora dele serem convertidos em horas de trabalho. Logo, as experiências não têm a moeda local, tampouco o dólar americano, dando o lastro da moeda social, mas sim este lado real do trabalho. Há grupos que abdicam até mesmo da moeda, enquanto facilitadora das trocas. O controle é feito através de acompanhamento contábil individual dos saldos, buscando sempre o equilíbrio entre oferta e demanda de cada membro.

**E**m relação aos preços, percebemos que sempre é buscado um preço justo, cujo valor é debatido, com quem oferta expondo as razões do que cobra. “Os preços são determinados de acordo com a qualidade das relações, das afinidades psicológicas e sociais...” (Laacher, 1999).

O lastro é a hora de trabalho social para adquirir ou produzir determinado bem ou serviço. Há grupos, por exemplo, que têm o alimento típico do país como lastro - 1 kg de arroz, feijão ou de trigo, como no Chile, e os que calculam a hora de trabalho com base no artigo da Constituição do país, que garante o atendimento às necessidades básicas de cada cidadão.

Sob uma ótica mais técnica, pode-se fazer algumas ponderações em relação a essas experiências. Pode-se também afirmar que há mais perguntas que respostas, pois se tratam de experiências que estão em processos, que são diversos e em fase de descobertas. São experimentos diferentes entre si, tanto em relação à homogeneidade do grupo quanto à emissão de moeda e de lastro do que é ofertado, bem como a área em que o grupo se encontra, a importância da rede para cada um de seus membros.

Podemos constatar que pessoas antes excluídas do mercado convencional conseguem se firmar no mercado solidário, onde seu trabalho, conhecimento e aptidão são valorizados. De maneira geral, faz-se distribuição de renda e riqueza e se trabalha a cidadania entre os membros das redes.

Ao afirmarmos que a imposição de juros é uma decisão eminentemente política, é porque com as moedas sociais e as trocas solidárias ela é descartada. Desta forma, de nada adianta acumular moeda. O seu lado de reserva de valor é descartado e as pessoas são encorajadas a circulá-las para que não deflacionem o grupo, emprestando ou consumindo. Caso não fosse assim, inviabilizaria ou afetaria seriamente as trocas com intermediação das moedas sociais.

**V**ale informar que o controle do meio circulante pode e faz empréstimos a seus membros. Já o contrário, isto é, se tivéssemos mais moeda em circulação, comparando-se com a oferta, menos importante seria o controle. Teria-se apenas que questionar outra vertente dessa nova economia: o consumo e a alienação do seu exagero. Deste modo, o dilema “consumo necessário & consumo desejado” está sempre sendo debatido e criticado. De qualquer forma, não se verifica aumento dos preços, com o ambiente inflacionário como mostra o beabá da economia.

Pretendi esboçar os diversos grupos de trocas solidárias que conheci e traçar linhas gerais sobre como nós, economistas, devemos encarar isso. Vejo como um verdadeiro laboratório de relações econômicas, refletindo diretamente em valores, regras e conceitos antes pouco questionáveis nesta ciência, assim como um indicador de uma revolução que está por vir. ■

1) Há registros de experiências de trocas com usos de moedas sociais na Argentina, Austrália, Japão, EUA, França, Inglaterra, Bélgica, País Basco, Holanda, Tailândia, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Honduras, El Salvador, Chile, Bogotá e México. No Brasil, S. Paulo, Rio, Fortaleza, Goiás, Florianópolis e P. Alegre.

\* Economista do PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, diretora do IERJ e integrante da coordenação atual da Rede de Trocas do Rio de Janeiro.

Os principais casos de moeda alternativa apareceram nos momentos de grande recessão econômica deste último século

ECONOMIA E ENTRETENIMENTO Creuza Stephen Figueira\*

# O LAZER COMO TRABALHO

Como as pessoas utilizam seu tempo em função das mudanças ocorridas no mercado de trabalho?

Essa foi uma das questões levantadas pelo debate promovido pelo IERJ sob o tema 'O lazer como trabalho'.

No Brasil, as novas formas de inserção significam sobretudo tornar precárias as relações de trabalho ('precarização'). Pesquisas recentes apontam que o maior anseio da classe trabalhadora em nosso país é a reconquista dos direitos trabalhistas, ou seja, ter direito à carteira assinada, aposentadoria, etc.

Mas, por outro lado, se chamarmos de 'precarização' todas as mudanças que observamos hoje estaremos deixando de lado a riqueza das análises feitas por Domenico de Masi e outros pesquisadores, mesmo que elas se apliquem preferencialmente aos países desenvolvidos onde nasceram.

Desde o século XIX, os desejos de conquista da classe trabalhadora se concentravam, entre outros itens, na luta por igualdade de oportunidades e por melhores salários para se acumular bens materiais. Hoje, sobretudo nos países desenvolvidos, o acesso aos bens materiais tornou-se mais amplo e o significado da pobreza não é mais o de 'não ter coisas'. Ser pobre é não se ter acesso a bens intangíveis, tais como bens espirituais (não no sentido religioso, mas no sentido de enlevamento, como o deleite pela leitura, pela apreciação da informação).

Estar à margem, ser pobre ou desprovido dos bens necessários à vida, é estar desinformado, é não ter tempo livre, também. A grande conquista da classe trabalhadora hoje seria o tempo para o ócio, para o lazer – como podemos observar, de forma geral, uma reivindicação sempre presente nas negociações trabalhistas é a diminuição das horas de trabalho.

O que sempre a classe dominante teve foi este tempo para fazer o que gosta. O que sempre a classe trabalhadora teve foi o tempo para o dever e o dever sempre ligado à produção, o fazer, o realizar trabalho. Se nos países desenvolvidos fica mais evidente este anseio da população, por aqui podemos observar também algumas mudanças, apesar dessa 'precarização' das formas de trabalho e das demais diferenças existentes.

Um indicativo deste consumo por bens intangíveis, talvez, possa ser exemplificado pela participação crescente da classe trabalhadora nos cultos evangélicos, movimentos de renovação da igreja católica e de outras tradições religiosas. Nas igrejas se tem uma vida intensa que inclui passeios, leituras, aprendizado de instrumentos musicais, desenvolvimento de canto coral, socialização, reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo, tudo extremamente adequado a cada comunidade. O que falta aqui fora, dentro da igreja se tem: um líder em quem todos confiam, um homem bom.

Numa universidade de Maryland, o estudo da utilização do tempo pelas pessoas é dividido em duas grandes categorias: o tempo destinado ao trabalho remunerado e o tempo destinado ao trabalho não remunerado. O tempo para o trabalho remunerado é tradicionalmente estudado, como sabemos. E o do trabalho não remunerado é dividido em quatro outras categorias: trabalho doméstico; trabalho com crianças; compras domésticas; cuidados pessoais. O tempo livre seria o tempo para educação, para atividades religiosa e sindical; para o trabalho voluntário; para se ir ao cinema, ao teatro; se praticar esporte; ir a festas, bailes; ter-se um hobby; ver televisão, ouvir música, ler.

Dentro do tempo livre temos então o ócio e o entretenimento. No último dia dos namorados, nos EUA, os namorados se presentearam não com CDs ou perfumes, mas com vales para spas, refeições e faxinas. Ou seja, com tempo livre. E é para o entretenimento que se tem hoje um mercado crescente, pois à medida em que a demanda sobre o lazer aumenta, pessoas têm de pensar nas suas formas e colocá-las à disposição para o consumo.

Antenada com essas concepções surgiu, em Seattle, nos Estados Unidos, uma loja que vende equipamentos esportivos e que, por exemplo, para testar os aparatos e apetrechos para uma escalada, instalou um muro de 22 metros de altura, com grampos e cordas. Para o teste dos equipamentos utilizados em canoagem, instalou uma cachoeira de 22 metros de exten-

são; para os que gostam de bicicletas há uma pista de 150 metros, com obstáculos; e para testar os impermeabilizantes há uma sala de chuva permanente. Esta loja recebeu, em seu primeiro ano, 1,5 milhão de pessoas.

Alguns especialistas dizem que os setores agrícola e manufatureiro acabaram, e que é preciso preocupar-se com o setor de serviços. Mas observamos que, há 150 anos, quando a manufatura começou a crescer em função das inovações tecnológicas, nos deparamos com um problema semelhante. E dizer que não se pode fazer política de emprego porque o setor de serviços é muito disperso – vai desde o guardador de carros até o sujeito que pensa em software – não conduz a uma solução para o problema. Quem sai do campo ou da fábrica hoje não tem qualificação para ser absorvido pelo mercado de trabalho – nem hoje e nem há 150 anos, a não ser realizando sub-serviços nas cidades.

Por isso, olhando a realidade em nossa volta, podemos perceber que várias etapas históricas coexistem e que o aumento da produção industrial ou de serviços não anula a importância da produção do setor primário. Pelo contrário, a comunidade europeia hoje defende o emprego agrícola por saber que não há como garantir empregos urbanos para todos. Em nosso caso, a reforma agrária aliada a uma política agrícola poderia fixar o homem no campo e minorar os problemas da fome, do trabalho informal, da violência, dentre outros.

Todas as questões acima relatadas fizeram parte da discussão promovida pelo IERJ – Instituto de Economia do Rio de Janeiro, no dia 23 de julho último, sob o título *O lazer como trabalho*, com a participação dos professores Claudio Salm, presidente do IERJ, Fábio Sá Earp, do Núcleo de Estudos de Economia e Entretenimento da UFRJ, e dos diretores do IERJ, Ruth Espínola e Sílvio Figueiredo. ■

\* Secretária de Assuntos Institucionais do Corecon-RJ

ENSINO DA ECONOMIA Sérgio Motta\*

Uma breve discussão sobre o ensino de Economia e o modelo ideológico-fatalista

# O QUE É ENSINAR PARA O 'MERCADO'?

Creio ser muito oportuno o debate sobre a questão do ensino de economia e o papel do profissional para a questão da cidadania e da ética. Esta última se impõe cada vez mais como derradeiro reduto de resistência ao modelo ideológico-fatalista e antinacional imposto ao nosso País.

Tenho sido testemunha, como professor universitário, das maiores barbaridades proferidas tanto por alunos como, mais grave, por professores. Citarei, a título de ilustração, uma passagem que demonstra a gravidade da contaminação deste modelo neoliberal (arcaico, individualista, mesquinho e sobretudo inculcador de ignorância) até mesmo nas melhores universidades.

A queixa, por exemplo, de um aluno por ter de estudar "uma certa história medieval" no curso de Economia da UFRJ, embora não lembrasse o nome da cadeira: História Econômica Geral. Ele disse sentir-se bem com a transferência para o Ibmec. Em outra situação, escutei de colegas que todos devemos nos ater aos ditames do mercado e ao conteúdo do provão.

Sem colocar-me crítico quanto ao mérito e conteúdo do provão (que, pelo contrário, tenho achado bem elaborado) preocupa-me a utilização acrítica do instrumento. Questiono: o que seria ensinar para o mercado?

Fico a refletir, sem encontrar resposta segura, o que significa ensinar para o mercado. Após 15 anos lecionando Teoria Econômica e História Econômica, tenho sido testemunha de dezenas de planos de estabilização econômica, "salvo momentos excepcionais", que modificam radicalmente o mercado com o objetivo não declarado de manter a dependência econômica externa.

## 'Qual mercado?'

O que será, então, este mercado? Segundo Karl Polanyi, em seu fabuloso *A Grande Trans-*

formação, o mercado é um *locus* privilegiado onde se operam as trocas dos valores de uso. Mas também pode ser algo forjado de fora para dentro, um mercado à distância que cria dependência, desenraíza os indivíduos e se transforma num moinho satânico que a todos esmaga. Lembrando Darcy Ribeiro, a história do Brasil, tão bem descrita em *Povo Brasileiro*, tem sido exatamente esse "gastar gente", desde o advento da indústria açucareira mercantilista.

Parafraseando Norberto Bobbio, "Qual Mercado"? Afinal quem é este mercado que acorda um dia de bom humor, noutro de mal. Enfim, infelizmente a economia e o mercado têm sido vistos como um tótem, uma verdadeira religião ou esoterismo.

Neste caldo de cultura, alguns colegas chegaram a dizer que deveríamos seguir faculdades como o Ibmec, que preparam os alunos para o mercado. Não contesto. Acredito mesmo que o referido curso prepare realmente seus alunos para o mercado financeiro. Entretanto, me parece que para atuar no mercado financeiro talvez não fosse necessário tantos recursos e teorias. Afinal, os grandes "players" são geralmente pessoas de apurado senso de oportunidade ou "insiders", sem grandes necessidades de teorias muito complicadas, sendo exigido-lhes basicamente rapidez e antecipação de informações, ou seja, ser poder ou conhecê-lo de perto.

Pensando assim, haja vista a dimensão e complexidade da economia brasileira, propugno por um ensino à altura daquelas características. Recorro à experiência de minha própria formação, que teve a fortuna de contar com boas doses de interdisciplinaridade, tanto em minha graduação, na Faculdade Candido Mendes, quanto em minha busca por estágios, como na extinta Secretaria da Região Sudeste (ministério do Interior), ou ainda no curso de mestrado na COPPE, no Programa de Planejamento Energético.

Afirmo, categoricamente, que caso estivesse olhando de forma mesquinha e imediata o mercado, certamente não teria o privilégio de ter passado por estas e outras experiências profissionais, pois teria seguido a 'ordem natural' do mercado: maximizar a renda de curto prazo, minimizando os custos, procurando no 'mercado' a 'melhor alocação de curto prazo do meu fator trabalho'.

O que mais lamento é verificar que, abraçado à minimização do Estado, como planejador do desenvolvimento econômico, minguaram ou quase desaparecem para as gerações dos meus alunos a pluralidade de oportunidades, que já não eram tão numerosas em minha época.

Entretanto, reconheço as boas intenções de alguns técnicos do MEC, bem como o esforço hercúleo das faculdades particulares em se adaptar às novas realidades. Porém, temo pela falta de autonomia das mesmas com o excessivo poder centralizador do MEC.

Coloco-me assim, claramente a favor de uma maior autonomia para as universidades a fim de que possam honrar e justificar seu próprio nome, isto é, universalizar as possibilidades de pesquisa, de expressão, de criatividade e de pensamento, libertando-se dos grilhões do 'mercado', de parcela do não desprezível do MEC, de muitos alunos e professores preocupados com o contracheque do mês seguinte, sem perceber que estão cometendo suicídio intelectual coletivo.

Termino o artigo ressaltando que, o mesmo surgiu de uma mera inquietação, uma opinião muito pessoal e pouco discutida. Espero que possa servir ao debate de um assunto da maior importância, caso o país queira continuar a existir com um mínimo de democracia, pluralidade e autonomia. ■

\* Professor de Economia na Faculdade Moraes Junior e analista do IBGE.

ORÇAMENTO POPULAR Propaganda x Saúde Pública

# REMANEJAMENTO PÕE EM RISCO SAÚDE E SEGURANÇA

Prefeito remaneja verba para a área de publicidade e propaganda, reduzindo recursos de programas voltados para a saúde e a segurança pública

O prefeito do Rio de Janeiro remanejou R\$ 1,25 milhão para o programa Publicidade e Propaganda, em decreto publicado no Diário Oficial, de três de julho último. Este programa tem como meta realizar campanhas publicitárias do IPTU, Rio Cidade, Favela Bairro, Publicidade Legal, além de ser o responsável por campanhas publicitárias e de divulgação no combate a epidemias ou quaisquer outras disfunções que acometam a população. Tudo através da contratação de serviços de terceiros.

César Maia argumenta que os recursos disponíveis nas dotações iniciais do programa, que somavam R\$ 809.517, eram insuficientes. Para suprir essas "necessidades", o prefeito reduziu as dotações destinadas às despesas de custeio, em torno de R\$ 1 milhão, contendo a manutenção de serviços administrativos, e dos investimentos e inversões financeiras ele retirou pouco mais de R\$ 200 mil.

As dotações foram retiradas dos seguintes órgãos: as secretarias de Fazenda, Obras e de Urbanismo e das unidades Riolut, Riourbe, Fundação Rio-águas e Geo-Rio. Entretanto, alguns programas que tiveram suas dotações cortadas se destacam, como o de Capacitação de Recursos Humanos (SMF), que é responsável pelo treinamento e qualificação dos servidores e cujo objetivo é oferecer melhores condições de tra-

balho, tornando assim o atendimento ao público mais eficiente.

O prefeito César Maia, ao fazer este remanejamento, modificou as metas determinadas na Lei Orçamentária, reduzindo a dotação inicial em 30% e comprometendo o treinamento de 150 servidores e a manutenção de serviços administrativos. Já o programa de Manutenção da Iluminação Pública (SMO), responsável pela aquisição de materiais de reposição como postes, lâmpadas, cabos, fios, reatores, etc., e execução de serviços de conservação também teve sua dotação disponível reduzida em R\$ 200 mil.

Além disso, toda a sua dotação destinada à compra de equipamentos e material permanente foi removida. É importante ressaltar que este programa tem como objetivo promover ações no contexto da segurança pública, tema tão visado pelo prefeito César Maia. Porém, esse decreto, até agora, não representou nenhuma alteração nas comunicações da prefeitura, sobretudo, no que se refere a campanha de prevenção e combate ao mosquito da dengue. Esta campanha deveria ser iniciada o mais breve possível, como a própria Secretaria de Saúde admite, em matéria publicada no jornal O Globo, de 10 de agosto passado.

A secretaria alerta sobre a proximidade do verão, quando o calor facilita a prolifera-

ção do mosquito e, principalmente, devido às altas temperaturas do inverno, que podem provocar uma epidemia antecipada. Esta opinião também é partilhada pelo ex-secretário da saúde, Sérgio Arouca. O risco de uma epidemia, de acordo com especialistas, será maior no ano que vem, pois chegou à cidade o vírus do tipo 3, da doença, que é novo e, portanto, toda população está suscetível a contraí-lo.

Segundo palavras do próprio prefeito, em artigo publicado no mesmo O Globo, de 13 de agosto: "... a comunicação política do governo passa a ser uma função central, não mais uma atividade meio".

Como se explica, então, tamanha contradição? Um prefeito que valoriza tanto a comunicação do governo, remanejou mais de um milhão de reais ao programa de publicidade e propaganda e até agora não realizou nenhuma campanha ou propaganda expressiva, com objetivo de melhorar o bem estar da população, nem mesmo a respeito da saúde pública. ■

As matérias desta página são de autoria da Equipe do Fórum de Orçamento Popular do Corecon-RJ, constituída pelos estagiários de economia Paula Mota e Renato Elman, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 • 19º andar • Rio de Janeiro/RJ • CEP 20054-900  
Tel.: (21) 2232-8178 • Fax.: (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br • Portal: <http://www.economistas.com.br>  
Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Evento homenageou os mestres e pioneiros da profissão no dia do cinquentenário do Economista

## CORECON-RJ INAUGURA PLENÁRIO IGNÁCIO RANGEL

O dia do economista, 13 de agosto, foi comemorado pelo Conselho Regional de Economia do Rio com várias atividades, desde o debate que abordou o tema Projetos Alternativos para o Brasil à inauguração do Plenário Ignácio Rangel, em homenagem ao economista que até hoje influencia as novas gerações de profissionais.

O Plenário, aliás, foi inaugurado com uma homenagem do Corecon-RJ aos economistas com mais antigo registro no Conselho, bem como aqueles que se destacaram na regulamentação da profissão e na difusão dos conceitos da economia.

Nesse sentido, além de Rangel, foram também homenageados os economistas Sylvio Wanick Ribeiro, pela sua destacada atuação na luta pela regulamentação da profissão, em fins da década de 40 e início de 50; José Lopes de Oliveira e Maria Helena Hokemberg, que detêm os registros mais antigos da profissão; e Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, pelo conjunto de suas contribuições à economia brasileira.

Os homenageados receberam presentes de artesãos e artistas brasileiros, entregues pelos conselheiros atuais do Corecon-RJ: Ronaldo Rangel, Sidney Pascounto, João Paulo de Almeida Magalhães, Eduardo Callado, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Helena Lastres, Paulo Sérgio Souto, Enilce Leite Melo, Sandra Maria Carvalho Souza, Mauro Osório da Silva, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken e Júlio Diniz Bastos Pinto.

## Movimento cobra agilidade do Congresso

Uma carta endereçada ao presidente da Câmara Federal, cobrando agilidade na tramitação do projeto que propõe a auditoria da dívida externa, está sendo passada em várias entidades e movimentos sociais, buscando recolher a assinatura de apoio de todos os que participaram, no ano passado, do plebiscito da dívida externa.

Como se sabe, naquela oportunidade mais de 6 milhões de brasileiros participaram do plebiscito, realizado no dia 7 de setembro, junto com o Grito dos Excluídos. Desse total, 95% se disseram contra o pagamento da dívida, na forma atual, defendendo a realização de uma auditoria e ainda de um plebiscito oficial, que consulte à população sobre esse pagamento.

No desdobramento da iniciativa, foram elaborados projetos de lei propondo ambas medidas, porém, até hoje esses projetos estão parados no Congresso. Neste ano, junto com a manifestação do Grito dos Excluídos, estarão também sendo colhidas assinaturas para a carta a ser enviada, ainda neste mês, ao presidente da Câmara. As cartas estão sendo enviadas para a Secretaria Nacional do Plebiscito, em Brasília, no seguinte endereço: SDS 36, Bloco P, Edifício Venâncio III, Salas 410 / 414 CEP 70393-900 Distrito Federal.

## Economista lança livro sobre reconstrução

No próximo dia 18 estará sendo lançado o livro "Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação", do economista José Ricardo Tauile. O livro condensa os cursos sobre economia do trabalho, ministrados pelo autor, no Instituto de Economia da UFRJ.

Editado pela Contraponto, o livro será lançado no quiosque Arab, na avenida Borges de Medeiros, s/n, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Haverá música ao vivo, com o conjunto Sururu na Roda.

JORNAL DOS  
**economistas**

CORECON - RJ



Siga seu Conselho  
Corecon - RJ

PORTE PAGO  
DR/RJ  
PRT 0735/2000

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 13.09.2001

